

EDITORIAL

Vol. 8, Núm. 20, mai./ago., 2021

A Revista Culturas Jurídicas (RCJ), periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), com grande alegria, dá continuidade ao seu **Volume 8**. Este traz o **número 20**, intitulado: “*Dimensões de interseccionalidade e culturas jurídicas no contexto pandêmico*”, composto por valiosas contribuições de pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, que fornecem à comunidade acadêmica importante material para auxílio em discussões atuais e relevantes, além de manter o padrão de excelência e internacionalização do periódico, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A2**.

Mantendo o perfil da revista, este número traz, em abordagem multidisciplinar, textos inseridos nas discussões sobre a América Latina e o Direito Constitucional. Temas como gênero, ensino jurídico, povos originários, constitucionalismo latino-americano, impactos da pandemia da COVID-19 são tratados neste número da revista.

Nossa primeira contribuição é da lavra da Professora Doutora **Pamela Figueroa Rubio**. Doutora em Estudos Americanos pela *Universidad de Santiago de Chile* e acadêmica nesta mesma instituição. Seu artigo, intitulado “**Histórico: nada sem nós**” **Paridade e a nova Constituição: o caso do Chile**, por meio da metodologia de *process tracing*, analisa a representação feminina no processo constituinte chileno. A autora realiza um estudo sobre o contexto em que ocorrem reformas institucionais que visam a ampliar a participação das mulheres no cenário político e social.

O segundo trabalho aqui apresentado foi escrito a quatro mãos. O Professor Doutor **José Ricardo Cunha** – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e a Mestranda em Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ, **Fernanda Silva Botelho**, são os responsáveis pelo artigo “**A reprodução da colonialidade dos corpos femininos no sistema de justiça como um desafio à ética**”. Valendo-se um método de pesquisa bibliográfico, por meio do uso de relatos de incursões empíricas no âmbito do Poder Judiciário, o autor e a autora discutem criticamente os processos – práticos e simbólicos – de opressão e dominação dos corpos das mulheres ocorridos em no Sistema de Justiça.

O terceiro artigo da presente edição é fruto do trabalho coletivo da Professora Doutora **Grazielly Alessandra Baggenstoss**, Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) e professora adjunta do curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito desta mesma instituição; da Professora Doutora **Valéria Silva Galdino Cardin**, Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio pós-doutoral em Direito pela Universidade de Lisboa (Portugal); e da discente **Ingrid Gile Martins**, graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). No trabalho intitulado **“Gênero no ensino do Direito no Brasil: processo de integração psicossocial ou processo de produção de corpos dóceis?”**, as autoras questionam o ensino do Direito no Brasil enquanto baseado em pedagogias disciplinadoras – no sentido foucaultiano do termo –, o que provocaria corpos dóceis, isto é, insensíveis perante a sua própria situação educacional e profissional. Em termos metodológicos, a pesquisa é feita por meio de revisão bibliográfica e pesquisas de campo, por meio de procedimento cartográfico.

O quarto trabalho é de autoria do Professor Doutor **Ricardo Prestes Pazello**, Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-graduação em Direito desta mesma instituição. O ensaio intitulado **“Jardim suspenso entre dois céus: um ensaio sobre o estado da arte da relação entre marxismo e direito no Brasil, hoje”** oferece um panorama geral da recepção do marxismo pelos juristas brasileiros. São apresentadas as três principais vertentes dessa recepção, bem como o desafio atual desse debate: a vinculação entre teoria e prática.

O quinto artigo é da lavra do Professor **Marcos Queiroz**, doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com estágio sanduíche na *Duke University (Fullbright Commission)*, Estados Unidos (EUA), e na *Universidad Nacional de Colombia* (Programa Nacional Abdias Nascimento – CAPES), professor do Instituto Brasileiro de Ensino Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); e do mestrando em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), **Lucas Jupy**. No trabalho **“O Haiti é aqui? A revolução haitiana no ensino do direito no Brasil”**, os autores analisaram as ementas das disciplinas de Direito Constitucional das principais faculdades de direito do Brasil, além das principais referenciais bibliográficas dessa área. A conclusão é de que há um silenciamento da Revolução Haitiana nas referidas disciplinas.

A sexta contribuição é feita por **Douglas Oliveira Diniz Gonçalves**, doutorando em Direitos Humanos na Universidade de Deusto (Espanha); pelo Professor Doutor **Fran Espinoza**, PhD em Estudos Internacionais pela Universidade de Deusto (Espanha), com estágio pós-doutoral em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Tiradentes

(UNIT), Sergipe; e pela Professora Doutora **Grasielle Borges Vieira de Carvalho**, Doutora em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Tiradentes (UNIT), Sergipe. O trio é responsável pelo artigo **“Violência contra terras indígenas no Brasil e a precária punibilidade de seus agentes”**, no qual investigam a hipótese de que as invasões de terras indígenas, além de não estarem no foco da punibilidade estatal, servem aos interesses dos proprietários de terra. Trata-se de pesquisa mista (quali-quantitativa), feita por meio da técnica de reconstrução narrativa-histórica e elaboração de gráfico e análise de dados.

Nosso sétimo artigo foi escrito pelo Professor **Rodrigo Portela Gomes**, doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e professor substituto na faculdade de direito desta mesma instituição. Em seu trabalho intitulado **Constitucionalismo e Quilombos**, o autor expõe o quilombo como movimento constitucional por meio de uma sistematização de experiências da história política-jurídica brasileira. O objetivo do texto é fornecer elementos que auxiliem no enfrentamento dos silêncios e apagamentos do racismo no constitucionalismo brasileiro.

A oitava contribuição é da lavra das professoras doutoras **Victoria Haidar** e **María Valeria Berros**. A primeira é doutora em Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA) (Argentina) e professora da *Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, y de Humanidades y Ciencias da Universidad Nacional del Litoral* (UNL), ambas na Argentina. A segunda é doutora em Direito pela *Universidad Nacional do Litoral* (UNL), professora convidada da *Universidad de Buenos Aires*, da *Universidad de Palermo* e da *Universidad de Limoges*. O texto, originalmente intitulado **“Hacia um abordaje multidimensional y multiescalar de la cuestión ecológica: la perspectiva del buen vivir”**, foi traduzido para o português por Victoria Lourenço de Carvalho e Gonçalves, mestra pelo PPGDC/UFF. Assim, o texto ficou intitulado **“Rumo a uma abordagem multidimensional e multi escalar da questão ecológica: uma perspectiva do bem viver”**. As autoras, por meio de três eixos analíticos, objetivam restituir a qualidade multimensional e multi escalar da questão ecológica ao “bem viver” na Bolívia e Equador.

O nosso nono artigo é fruto do trabalho de três pesquisadores, da Professora **Marcia Maria dos Santos Souza Fernandes**, Mestra em Direito Constitucional Público e Teoria Política pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); da Professora Doutora **Ana Carla Pinheiro Freitas**, doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio pós-doutoral pela UNIFOR e professora dos cursos de mestrado e doutorado dessa mesma instituição; e do Professor Doutor **Martonio Mont’Alverne Barreto Lima**, Doutor em Direito

pela *Johann Wolfgang Goethe Universität - Frankfurt am Main* (Alemanha), e professor dos cursos de mestrado e doutorado em Direito Constitucional da UNIFOR. O trabalho **“O caos ambiental e a emergência de uma epistemologia do sul”** expõe como a produção de conhecimento calcado numa epistemologia antropocêntrica repercutiu no âmbito do direito ambiental no Brasil, além de analisar o potencial de uma “epistemologia do sul” e apontar novos direcionamentos aos problemas socioambientais contemporâneos.

Nossa décima contribuição é da lavra do Professor Doutor **Lucas Machado Fagundes**, Doutor em Direito pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), com estágio pós-doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor do mestrado em Direitos Humanos e Sociedade da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), professor visitante do mestrado em Direitos Humanos da *Universidad Autónoma de San Luis de Potosí* (México), professor do doutorado em Ciências Sociais da *Universidad de Buenos Aires* (Argentina); da pesquisadora **Emanuela Gava Caciatoria**, que cursa o mestrado em Direitos Humanos na *Universidad Autónoma de San Luis de Potosí* (México), pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLASCO); e do mestrando **Alex da Rosa**, que cursa, com bolsa FAPESC, mestrado em Direitos Humanos e Sociedade na UNESC. No artigo **“Ordem, progresso e colonialidade: as alterações do marco normativo ambiental e a exportação de madeira no Brasil em 2020”**, os autores e a autora analisam criticamente o caso das alterações do marco normativo referente à exportação de madeira realizada pelo IBAMA em 2020. A pesquisa é calcada em perspectivas decoloniais e foi realizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica.

A décimo primeiro trabalho deste número é de autoria do Professor Doutor **Josué Mastrodi**, doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP), professor dos Programas de Pós-graduação em Direito e em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); e da discente **Fernanda Souza Correa**, graduanda em Direito pela PUC-Campinas. O artigo intitulado **“O direito à cidade como instrumento de legitimação dos movimentos sociais urbanos por moradia”** tem por finalidade compreender se as normas que versam sobre o direito urbanístico legitimam as reivindicações dos movimentos sociais. A investigação foi realizada a partir do método hipotético-dedutivo, valendo-se de pesquisa bibliográfica e documental.

A décima segunda contribuição é de autoria de **Evelin Carine Alves Silva**, cirurgiã-dentista e doutoranda em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); de **Gabriel de Oliveira Silva**, advogado e mestrando em Direito e Gestão de Conflitos pela

Universidade de Araraquara (Uniará); de **Maria Luiza Gioster-Ramos**, cirurgiã dentista, doutoranda em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); do Professor Doutor **Clemente Maia da Silva Fernandes**, doutor em odontologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágios pós-doutorais em Direito Internacional da Saúde pela USP e em Antropologia Forense pela Universidade de Coimbra (Portugal); e da professora doutora **Mônica da Costa Serra**, doutora em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com estágios pós-doutorais em Bioética pela *Universidad Complutense de Madrid* (Espanha), em Direito Internacional da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP) e em Antropologia Forense pela Universidade de Coimbra (Portugal), professora associada da Faculdade de Odontologia da UNESP. Os autores e as autoras, no artigo “**The choice of Sophie: an ethical and legal approach in pandemic times**”, analisam os aspectos éticos e legais das decisões tomadas por hospitais públicos e privadas durante a pandemia de COVID-19. Tais decisões são tomadas sob enorme pressão, num cenário caracterizado por uma escassez de recursos, por isso é uma “escolha de Sofia”.

O último artigo deste número é da lavra do Professor Doutor **Antônio Carlos Efig**, doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e da Escola da Magistratura do Paraná; e da mestrandia **Nathália Soares de Mattos**, que cursa mestrado em Direito Socioambiental e Sustentabilidade na PUC-PR. O trabalho intitulado “**O M-commerce e a pandemia do COVID-19: a problemática envolvendo o direito à informação e a hipervulnerabilidade dos consumidores celíacos em aplicativos de comida delivery**” apresenta uma pesquisa exploratória sobre como a pandemia de COVID-19 proporcionou o aumento do *m-commerce* no Brasil e como, nesse contexto, há o descumprimento do dever de informação por parte dos aplicativos de comida *delivery*.

Por meio dos trabalhos apresentados, esperamos que este **número 20** da RCJ contribua com a comunidade acadêmica e com toda a sociedade. Agradecemos muitíssimo os autores e as autoras que contribuíram conosco por meio de seus trabalhos, tais contribuições mantêm e elevam o padrão de excelência sempre buscado pelo nosso periódico. Por fim, gostaríamos de destacar que a RCJ recebe artigos em fluxo contínuo, e está aberta para todos e todas que queiram submeter trabalhos com relevância e impacto social, sobretudo no âmbito da América Latina e do Direito Constitucional.

Prof. Dr. Enzo Bello

(Editor-Chefe da RCJ)

Mestranda Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Aline Gomes Mendes

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Caroline Matias Gabriel

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Cecília Bojarski Pires

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Isabelle de Azeredo Silva

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Kelda S. C. S. C. Rocha

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Pamela Mota Conte Campello

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Renato Barcellos de Souza

(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Samara Rebeca de O. Costa

(Editora-Assistente da RCJ)

Mestre Vitor Fraga da Cunha

(Editor-Assistente da RCJ)